

A POLÍTICA JÁ USA MESMO BATOM? UM ESTUDO SOBRE PODER, GÊNERO E LEGITIMIDADE A PARTIR DA POSSIBILIDADE DE EXISTÊNCIA DO FENÔMENO DO TETO DE VIDRO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Rosiane Alves Palacios
Orientadora: Carolina Freddo Fleck

RESUMO

A presente investigação objetivou averiguar como as representantes políticas do gênero feminino veem o cenário da participação feminina na política brasileira, que fatos relacionados ao gênero podem ter influência no transcorrer de mandatos políticos, como estas se veem dentro do meio político e quais barreiras enfrentam. Como base teórica foram associadas a teoria do Teto de Vidro e a teoria de Legitimidade do Poder de Max Weber. O estudo foi desenvolvido de forma qualitativa sob a forma de estudo narrativo com entrevistas estruturadas, o método de análise escolhido foi a análise do discurso. Foram entrevistadas deputadas estaduais e federais e senadoras brasileiras. A fusão das duas teorias proporcionou recursos para a análise do poder se levado em conta o gênero e o entendimento do papel do sexismo nos baixos índices de participação feminina na política; no cotidiano do reduzido número de políticas eleitas, bem como a participação dos partidos políticos na captação e participação das mulheres na política.

Palavras-Chave: Fenômeno do Teto de Vidro, Poder, Gênero, Política.

THE POLITICS ALREADY USE LIPSTICK? A STUDY ABOUT POWER, GENDER AND LEGITIMACY BASED OF THE POSSIBILITY OF EXISTENCE OF GLASS CEILING PHENOMENON IN BRAZILIAN POLICY

ABSTRACT

The present research aimed to find out how, as political representatives of the female gender see the scenario of female participation in Brazilian politics, that gender-related facts can have influence without passing political mandates, as these are seen within the political environment and what barriers they face. As a theoretical basis were associated the theory of Glass Ceiling and Max Weber's Theory of Power Legitimacy. The study was developed in a qualitative way in the form of a narrative study with structured interviews, the method of analysis chosen for a discourse analysis. State and federal deputies and Brazilian senators were interviewed. The merging of the two theories provided resources for a gender-sensitive analysis of power and understanding of the role of sexism in the low rates of female participation in politics; it is not a daily reality of the small number of elected policies, as well as a participation of political parties in the capture and participation of women in politics

Keywords: *Glass Ceiling Phenomenon, Power, Gender, Policy.*

RESUMEN

LA POLÍTICA YA USA MISMO LÁPIS LABIAL? UN ESTUDIO SOBRE PODER, GÉNERO Y LEGITIMIDAD A PARTIR DE LA POSIBILIDAD DE EXISTENCIA DEL FENÓMENO DEL TECHO DE VIDRIO EN LA POLÍTICA BRASILEÑA

La presente investigación objetivó averiguar cómo las representantes políticas del género femenino ven el escenario de la participación femenina en la política brasileña, qué hechos relacionados con el género pueden tener influencia en el transcurso de mandatos políticos, como estas se ven dentro del medio político y cuáles barreras enfrentan. Como base teórica se asociaron la teoría del techo de cristal y la teoría de la legitimidad del poder de Max Weber. El estudio fue desarrollado de forma cualitativa bajo la forma de estudio narrativo con entrevistas estructuradas, el método de análisis elegido fue la análisis del discurso. Se entrevistaron a diputadas estatales y federales y senadoras brasileñas. La fusión de las dos teorías proporcionó recursos para un análisis del poder si se tiene en cuenta el género y el entendimiento del papel del sexismo en los bajos índices de participación femenina en la política en el cotidiano del reducido número de políticas elegidas, así como una participación de los partidos políticos en la captación y participación de las mujeres en la política.

Palabras-clave: *Fenómeno del Techo de Vidrio, Poder, Género, Política.*

1 INTRODUÇÃO

Conforme relata Steil (1997) mesmo que o mundo ocidental progressivamente esteja em fase de incrementação e operacionalização da equidade de gêneros em quesitos como educação, cultura, segurança e políticas públicas específicas, as mudanças são poucas se pensadas no ângulo da divisão hierárquica do trabalho.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu 5º artigo, garantiu que todo homem e toda a mulher brasileiro(a), são, aos olhos da lei, iguais tanto em direitos quanto em obrigações. E, portanto, os direitos assegurados aos homens também devem prevalecer para as mulheres. Livre manifestação e associação, liberdade de consciência e de crença, liberdade para o exercício de qualquer trabalho, sufrágio universal e entre outros direitos estão igualmente assegurados pela Constituição (BRASIL, 1988).

Em nosso país, as mulheres trabalham, votam, se associam, se sindicalizam e exercem mais direitos, porém, em muitas áreas, muitas das quais dizem respeito ao trabalho, ainda há que se problematizar a participação feminina, como é o caso da política. Somente a partir do final da década de 1980, a passos lentos, mulheres passaram a inserir-se na política, e ainda assim, de forma singela. Atualmente, apesar de a população feminina corresponder a 51,7% dos eleitores brasileiros conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), e de já termos contado com uma mulher à frente da presidência da República, até os dias de hoje a primeira e única a ocupar tal cargo, no Brasil; a presença das mulheres em cargos de representação política ainda é pouco expressiva.

Ainda que no ano de 1995 tenha sido promulgada a Lei Eleitoral 9.100 que versa sobre as normas para a realização das eleições municipais, e que determina que no mínimo 20%, das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser providas por candidaturas femininas e, mesmo após o ano de 2009, com as alterações feitas pelo

Tribunal Superior Eleitoral – TSE fazendo-se o ajuste do percentual para um mínimo de 30% de mulheres exercendo cargos de representação, duas décadas mais tarde, a representação feminina se mantém quase inalterada (PORTAL BRASIL, 2012).

Os partidos políticos parecem ter dificuldades em cumprir a legislação e atrair mulheres para seus quadros. Um problema que se apresenta mais complexo do que uma questão de números, pois o fenômeno da pouca participação feminina na política pode decorrer da forma como os partidos políticos e como a própria sociedade se estrutura. Historicamente, os partidos políticos são controlados por homens, assim como a maior parte das organizações públicas e privadas e o ínfimo percentual de mulheres que exerce cargos de gerência não ocorre por inaptidão; imperícia feminina ou pela falta de mulheres aptas a representar a sociedade e sim pela discrepância entre o preenchimento dos espaços por parte de homens e mulheres.

Conforme relata Perrot (1988) existe na sociedade, o pensamento de que a política é uma ciência a qual a participação não compete ao gênero feminino, e que as mulheres que se inserem no meio político não estão em seu devido lugar. Esta ideia não é exclusividade de indivíduos do sexo masculino, mas sim de indivíduos de ambos os sexos. Ainda conforme a autora, ao prestigiar somente o campo social e o campo informal as mulheres estão propensas a menosprezar a política reforçando a prática de condutas arcaicas, de que mulheres precisam de permissão para se inserir no ramo da política uma vez que historicamente as relações de poder são prevaletentes entre os gêneros.

Por vezes, mesmo que direitos tenham sido adquiridos por meio de leis, pode ocorrer que estes ainda não tenham sido plenamente conquistados; barreiras historicamente combatidas, ainda que possam parecer invisíveis, continuam a existir. É o caso elucidado pelo *Glass Ceiling Phenomenon* fenômeno do Teto de Vidro e as mulheres. Segundo Steil (1997), a Teoria do Teto de Vidro trata de descrever a existência de obstáculos que de tão tênues chegam a parecer translúcidos, mas que ainda existem e bastam para impedir o processo de ascensão das mulheres a cargos hierárquicos e acabam por afetar um contingente de mulheres de maneira particular. Isto parece ocorrer com as mulheres na política.

O processo evolutivo e adaptativo é uma característica constante nas organizações, porém, transformações drásticas ou mesmo de paradigmas aparentam ser raras. Conforme Steil (1997) no cotidiano das organizações modernas, a exclusão sucessiva de mulheres de cargos hierárquicos e que demandem evidência pode representar o espelho dos princípios, da moral e dos padrões masculinos, que creem que tais espaços não são pertinentes ao sexo feminino.

Mesmo que possa sofrer variações no decorrer dos anos, a identificação de um indivíduo não é estabelecida pelo que o compõe e sim pelo o que ele realiza; por suas realizações são entendidos os seus atributos. É por tal motivo que a identificação de quem exerce uma profissão se mostra coligada às particularidades que são consideradas demandadas pelos profissionais conforme a imagem exibida pelo ramo de atuação e a imagem representada pelo gênero; a expectativa que se tem para uma determinada profissão (CHIES, 2010).

Para Shipani et al. (2009) as peculiaridades e atributos femininos, bem como suas ações e condutas são considerados por muitos como inadequadas e justificam a alegação de que mulheres não se enquadram aos altos postos. Afirmações como as de que mulheres não pensam na carreira em primeiro lugar; não gostam de assumir riscos; têm medo de pedir aumento ou de obter sucesso ou de que mulheres após receberem treinamento por parte das organizações irão casar-se e constituir família abandonando seus postos ainda habitam o imaginário da cultura organizacional. Existem muitos

estudos que podem ser realizados para compreender este fenômeno social. Para entender tal realidade **este trabalho se propõe a investigar como, na percepção de representantes políticas do gênero feminino, o fato de ser governante mulher pode pesar no transcorrer de seus mandatos; averiguar como as representantes políticas veem a participação feminina na política brasileira a partir de suas vivências pessoais em cargos de gestão pública; e identificar, na percepção das representantes políticas, que fatos relacionados a gênero podem influenciar na visão que o povo e sociedade civil associaram à sua imagem e a viabilidade de seus mandatos.**

Dentro das organizações, os estudos que tratam das questões que versam sobre gênero ainda aparentam ser primários e contraditórios e, portanto, ainda existe um vasto campo para pesquisas e análises. Conforme Morrison e Glinow (1990) o gênero e as questões raciais são estudados sob o ângulo da existência de uma diversidade de grupos e da ocorrência de tratamento diferenciado aos indivíduos, bem como pelos vínculos entre o privado, o público, o pessoal e o político, mas ainda modestamente sobre a questão da dominação através do poder associado ao gênero e também à sexualidade.

Este trabalho se propõe a traçar um argumento conjunto entre o fenômeno do Teto de Vidro e a Teoria Weberiana da Legitimidade do Poder a partir da análise da possibilidade de percepção de legitimidade nos mandatos de mulheres que exerçam cargos de representação política no Brasil bem como a concepção das representantes políticas sobre

Para tal, a presente pesquisa é justificada pela relevância de um estudo feito a partir da percepção das poucas e atuais representantes políticas do sexo feminino sobre a situação da representatividade e da legitimidade do poder das mulheres na política brasileira. Também, do ponto de vista acadêmico faz-se importante problematizar e investigar como ocorrem os mandatos exercidos por mulheres; como estas se veem dentro do meio político, quais barreiras enfrentam e como acreditam que são vistas pela sociedade e se vinculam sua imagem ao seu gênero.

2 GLASS CEILING PHENOMENON OU FENÔMENO DO TETO DE VIDRO

Para Morrison e Glinow (1990) uma gama de teorias têm sido construídas a fim de se entender o porquê da existência de diferenças raciais e de gênero dentro das organizações. Algumas destas afirmam a existência de diferenças entre as mulheres e minorias; argumentando que a baixa representatividade das minorias é responsável pelo seu tratamento diferenciado. Segundo os autores, existem teorias que falam que a discriminação por parte da população é a principal causa de desigualdades, pois os preconceitos e estereótipos praticados por parte de homens brancos no poder são responsáveis pelo lento progresso das mulheres e das minorias. E por final, teorias que identificam a discriminação como sendo um processo sistêmico, estrutural e arraigado, que a sociedade ao ofertar tratamento diferenciado a uns em detrimento de outros reafirma as desigualdade e, portanto as políticas e práticas difundidas no sistema social perpetuam o tratamento discriminatório das mulheres.

Conforme Steil (1997) uma teoria que pretendeu provar as desigualdades persistentes entre gêneros foi o *Glass Ceiling Phenomenon*, em português, Fenômeno do Teto de Vidro. Os estudos sobre a existência do fenômeno do teto de vidro tiveram início nos Estados Unidos na década de 1980 e pretendiam provar a existência de barreiras sutis e aparentemente invisíveis, mas, existentes e que impossibilitavam a ascensão de indivíduos do sexo feminino a cargos hierárquicos dentro das organizações

usando como base para essa diferenciação entre sexos, as diferenças tradicionais entre os gêneros.

Esse fenômeno questiona disparidades e desigualdades vividas por homens e mulheres ao longo do processo de ascensão das carreiras profissionais. Porém, conforme Jones (1986 *apud* STEIL, 1997) debates acerca de processos seletivos de promoção a cargos de elevada posição nas organizações são abstratos e multifacetados; a distinção empregada às mulheres no que tange o preenchimento de cargos e melhores colocações dentro da organização, ao contrário do que se imaginava, está se convertendo em tema oculto e incompreendido.

Um cenário ainda bastante presente na atualidade e que alimenta a existência do teto de vidro é, conforme Shipani et al. (2009) a presença de numerosos planos de carreira e cargos e ou funções divididas entre as que devem ser preenchidas por homens e as que devem ser preenchidas por mulheres; onde aos homens competem as de maiores visibilidade e poder. Para Chies (2010) os preceitos da dominação e da excelência podem incitar juízos acerca de habilidades e competências e resultar em tendências viciosas; onde a ideia de vocação e propensão se entrelaçam com as análises da personalidade social do sujeito que são desimportantes à competência profissional. Para Shipani et al. (2009) a imparcialidade dentro das profissões deveria há muito ser uma prática; a ciência, sendo neutra, não mais deveria exaltar habilidades que resultem da camada social, da etnia ou do gênero pertencentes a determinados indivíduos e não mais os deveria colocar como que fatores determinantes de sucesso ou competência.

De acordo com Morrison e Glinow (1990) dentro das organizações, a maioria das mulheres exerce cargos que demandam baixo grau de autoridade e remuneração, tal situação não é diferente em instituições governamentais ou educacionais. Entre as mulheres que têm conquistado promoção a cargos de gestão, na maioria das vezes, existem diferenças salariais, de valorização e de recompensa.

Os obstáculos que permeiam o fenômeno do teto de vidro ainda irão impedir o progresso do gênero feminino por várias décadas, pois apesar de gerentes do sexo feminino apresentarem progressos mais rápidos do que de suas antecessoras, décadas atrás, ainda falta muito a ser conquistado se comparado aos progressos e direitos masculinos já conquistados (MORRISON E GLINOW, 1990).

Schipani et al. (2009) relatam que nos Estados Unidos e em grande parte do ocidente, o fenômeno do teto de vidro é atribuível, erroneamente, menos às barreiras estruturais e mais às organizacionais e que a notória segregação sexual cumpre papel na restrição no ingresso de indivíduos do sexo feminino a altos níveis de gestão, sobretudo para mulheres afrodescendentes. Chies (2010) coloca que a subalternidade do sexo feminino em relação ao masculino é um pensamento efetivo da sociedade e que independe de profissão ou ocupação; dos menores aos mais elevados cargos, via de regra, as mulheres serão menos reconhecidas. Tal afirmação corrobora com a ideia de que homens e mulheres não podem obter igual reconhecimento mesmo que atuem em cargos de igual calibre. Schipani et al. (2009) vão além e relatam que homens e mulheres tendem a usar diferentes estilos de liderança e poder, e essas diferenças reforçam os estereótipos.

Conforme Steil (1997) pesquisas demonstraram que realizar tarefas e projetos importantes representa um dos fatores de maior significância tanto para homens quanto para mulheres, no que diz respeito à sua preparação para o exercício de cargos hierárquicos. São estas atividades e projetos que desafiam os candidatos à determinada vaga e sejam visados; causam motivação e a possibilidade de aprender saberes indispensáveis para a atuação em cargos do topo da pirâmide das organizações. Tais estudos apontam também que, genericamente, os homens são menos dispostos a

incumbir mulheres da realização de tarefas desafiadoras do que estão decididos a confiar tais tarefas a homens, ainda que os candidatos à uma possível ascensão de cargo sejam de ambos os sexos e apresentem currículos idênticos. Ainda conforme Steil (1997) o gênero feminino não goza do mesmo acesso, dos mesmos encargos e desafios em cargos semelhantes, o que influencia drasticamente no momento da escolha dos homens em detrimento das mulheres. Esta realidade cria um círculo vicioso onipresente e universal.

Um estudo da ONU Mulheres (2016) realizado pela *Overview* e com a cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a própria ONU Mulheres, Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial - SMPIR da Cidade de São Paulo e a Organização Internacional do Trabalho – OIT; publicado pelo Instituto Ethos em maio de 2016, analisou o perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil nos ramos da indústria, comércio, serviços e produtos agrícolas e suas ações afirmativas. Foi a sexta edição da pesquisa e tal ainda se caracteriza como única pesquisa sobre gênero e mercado de trabalho no país.

Os resultados da pesquisa apontaram que grande parte das organizações respondentes não conta com ações afirmativas que estimulem a participação de mulheres e negros e, que quando as empresas as têm, geralmente são intervenções efêmeras e não políticas concretas; a maioria das organizações se quer têm esse tipo de política. Pouquíssimas organizações dispõem de aspectos facilitadores entre vida pessoal e profissional ou mecanismos que se encarreguem de denúncias de casos de assédio moral ou racial. As empresas pouco se preocupam com campanhas publicitárias de conteúdo discriminatório; os treinamentos e capacitações de colaboradores bem como as diretrizes estratégicas (missão, visão, valores, objetivos e entre outros) também excluem a abordagem da temática da diversidade e da igualdade de gênero (ONU MULHERES, 2016).

Ainda sobre a pesquisa, se observou que dentro das organizações, o gênero feminino está inferiorizado se comparado ao masculino. Existe um estreitamento de oportunidades em relação a cargos hierárquicos que resulta em exclusão feminina; muito presente na realidade do preenchimento desigual dos cargos de elevada escala. No que diz respeito à ascensão hierárquica a situação pouco mudou do ano de 2010 para cá. No quadro executivo, por exemplo, as mulheres apresentam participação praticamente igual ao ano de 2010 com 13,7% e em 2006 com 13,6%. Abaixo o quadro que demonstra a distribuição por gênero em relação aos cargos nas organizações pesquisadas no ano de 2016

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR SEXO (%)

	HOMENS	MULHERES
Conselho de Administração	89,0	11,0
Quadro Executivo	86,4	13,6
Gerência	68,7	31,3
Supervisão	61,2	38,8
Quadro Funcional	64,5	35,5
Trainees	57,4	42,6
Estagiários	41,1	58,9
Aprendizes	44,1	55,9

Figura 1 Distribuição dos cargos por gênero. Fonte: ONU Mulheres. 2016

A realidade do sexismo e da desigualdade de gênero está presente globalmente, mas, conforme uma pesquisa divulgada pela revista britânica *The Economist* que foi realizada em países da América Latina, a igualdade de gênero faz bem ao crescimento econômico. Para a revista, a desigualdade de gênero, além de ser equivocada, custa caro para os países. Os países Latino-americanos tiveram melhorias em relação à participação do gênero feminino no mercado de trabalho, mas a situação ainda é muito inferior ao considerado ideal em termos de igualdade de gênero (THE ECONOMIST, 2016).

Mesmo tendo surgido como um estudo aplicado às organizações privadas, a possibilidade de existência do fenômeno do teto de vidro em outros espaços da sociedade começa a ser considerada por pesquisadores. Embora a teoria do Teto de Vidro tenha surgido na década de 1980 e de que as publicações mais recentes sobre o tema datem do final da década de 1990, recentemente, o setor público também passou a ser alvo de estudos sobre o tema, embora tais estudos sejam ainda muito primários, conforme pode ser observado no tópico seguinte.

2.1 O TETO DE VIDRO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Como mencionado anteriormente, nem as organizações públicas escapam do fenômeno do teto de vidro. Vaz (2013) relata que múltiplos indícios nos mostram que o setor público não se evade ao fenômeno, pois ainda hoje os casos em que mulheres preenchem elevados cargos da gestão pública ou mesmo em organizações públicas de ensino e pesquisa são fortuitos. Arbitrariamente ao que se pode imaginar, pois, mesmo o concurso público sendo a porta de entrada para a investidura de cargos públicos, e mesmo o preenchimento de cargos técnicos dependendo, via de regra, de aprovação em certames, o teto de vidro também está presente nas carreiras públicas, tal fenômeno só é muito menos problematizado e por tal acaba gerando um sentimento de inexistência.

Fontenele-Mourão (2006) relata que a heterogeneidade da participação do sexo feminino nas diferentes esferas da hierarquia administrativa do setor público não é exclusividade do Brasil, pois este cenário também pode ser percebido em Estados como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Canadá, por exemplo. Na França, o teto de vidro em organizações públicas também não mostra vias de superação, posto que as leis da França, assim como as do Brasil, estabelecem a promoção de concursos para cargos públicos e garantem paridade de direitos devido aos planos de carreira; a segregação na hierarquia continua a ser a realidade:

[...] embora as mulheres representem 59,1% dos 5,2 milhões de servidores públicos, elas ocupam apenas 16% dos cargos de direção [...] a baixa representatividade feminina em cargos de comando é verificada nos três segmentos em que o Estado francês está subdividido. No governo central (*État*) 6, 8 as mulheres representam 50,8% dos efetivos, mas apenas 15,3% dos dirigentes (exclusive militares). Nos serviços públicos atinentes às subdivisões administrativas do território (*fonction publique territoriale*) 7, 9 elas veem sua representação – que é de 61% – diminuir para 16,1% na hierarquia superior. Finalmente, na saúde pública (*fonction publique hospitalière*) 8, 10 embora perfaçam mais de $\frac{3}{4}$ dos servidores, são apenas 16,4% dos dirigentes. (Direction Générale de l'Administration et de la Fonction Publique – DGAFP, 2008 *apud* VAZ, 2013 p. 772).

Conforme os relatos de Vaz (2013) no Brasil, a hipótese da ocorrência do teto de vidro na área pública no Brasil fomentou pesquisa que visou investigar as concepções e

opiniões dos dirigentes a respeito da presença de mulheres nos altos cargos da gestão pública. A Escola Nacional de Administração Pública – ENAP realizou no ano de 2006 uma pesquisa quali-quantitativa com os titulares de funções de Direção e Assessoramento superiores – DAS, como também com ministros, secretários executivos e alguns assessores da Presidência da República. A maioria dos entrevistados do sexo masculino relatou que desconsidera a desigualdade de gênero nos escalões; a constatação da existência de práticas discriminatórias contra o gênero feminino foi maior entre as respondentes (85%) e (57%) entre os homens. A discriminação foi observada essencialmente pela inferioridade da frequência de participação feminina nos mais altos escalões e pela maneira como se fala das mulheres, mencionada por 35% dos respondentes do sexo masculino (VAZ, 2013).

As pesquisas sobre teto de vidro na área pública ainda são primárias e pouco abrangentes. Explorar a ocorrência de teto de vidro dentro das organizações públicas e trazer tal debate à sociedade e aos parlamentares brasileiros pode dar ciência das reais condições e das características da participação feminina na política e nos órgãos públicos.

3 PODER E DOMINAÇÃO CONFORME A TEORIA WEBERIANA

Para Weber (2012) a dominação é compreendida como a ocasião em que um desejo do dominador ou dos agentes dominantes é explicitado para exercer influência nas atitudes de outras pessoas; os dominados. O dominador ou os agentes dominantes obtêm êxito de tal modo que os dominados se apropriam deste desejo e o executam como se partisse deles próprios.

De acordo com Weber (2012) o mando pode se mostrar eficaz em relação aos mandados devido a fatores como a intuição, a inspiração ou a persuasão racional ou pela associação destes três elementos que fazem com que ocorra certa procedência por parte dos mandados. Os mandados podem então, acatar o mandatário por medo, convicção de concordância, por obrigação, por hábito ou para obter proveitos individuais. Para que ocorra sustento da dominação é necessário que haja a justificação dos atos próprios do dominante em relação aos princípios da legitimação do poder (WEBER, 2012).

Weber (2012) relata que a validade do poder e da dominação se manifesta por meio de um conjunto de normas racionais que podem ser determinadas ou acordadas e, que regras resultam em obediência para o indivíduo dominante. O mandatário é legitimado por esse sistema de regras e o seu poder é visto como legítimo enquanto o mesmo o estiver exercendo de acordo com as normas pactuadas. Ou seja, existe uma obediência muito mais às normas do que a figura do mandatário, mas, o poder também pode estar baseado na autoridade pessoal verificada.

O poder de mando em autoridade pessoal, conforme Weber (2012) é fundamentado em tradição; no que é habitual e que pode preservar obediência diante de determinados indivíduos ou, arbitrariamente, se baseia na crença do extraordinário; no carisma por meio de indivíduos que possam conceder graças ou benfeitorias considerados profetas ou heróis de qualquer natureza. Para Weber (2012) esses tipos de líderes representam o que o autor coloca como tipos fundamentais puros da estrutura de dominação e a combinação dos tipos puros é que resulta nos perfis e na afirmação da dominação.

Para explicar as nuances e as condições da dominação, Weber delimitou a existência de alguns tipos de dominação, os tipos puros anteriormente citados. Segundo o autor, pode o indivíduo dominante apresentar os perfis carismático, tradicional ou racional-legal. É por meios destas três categorias de dominação que o dominador impõe

legitimidade ao dominante. Um dominador não exerce exclusivamente um tipo de dominação; pois ao ocorrer a dominação manifestam-se, mesmo que tênues, características dos demais tipos (WEBER, 2012).

O poder carismático emana da presença de atributos particulares considerados excepcionais e se apresenta quando são conferidos poderes ou qualidades sobrenaturais a um determinado indivíduo (WEBER, 2012). Para Bergue (2010) líderes e governantes políticos, de uma forma geral, apresentam o carisma apurado; característica esta que é vista como valoroso meio de dominação.

O poder tradicional provém da fé na superioridade das tradições. A obediência e o acatamento são prestados ao indivíduo que melhor representa a tradição e traduz os hábitos comuns a um determinado local (WEBER, 2012). Para Bergue (2010) as poderosas famílias tradicionais; cuja posição derive de trajetória histórica no cenário econômico e/ou político são exemplos da personificação deste tipo de poder. Ainda conforme Bergue (2010) neste tipo puro, a lealdade dos seguidores do líder tradicional estabelece a natureza das ordens dadas.

O tipo racional-legal como forma de legitimação está na convicção dos indivíduos na juridicidade; no ramo do direito; nas normas e nas leis. O indivíduo que exerce esse tipo de dominação o faz em virtude da racionalidade (WEBER, 2012). Conforme Bergue (2010) a crença dos grupos na licitude das leis e atos administrativos, tanto as leis elaboradas pelos dominantes quanto as normas que amparam o seu status de liderança é o que legitima o poder emanado pelo tipo racional-legal.

De acordo com Weber (2012), historicamente, quando a ação social de uma forma de dominação está baseada no elo associativo racional, seu tipo puro está na burocracia, já a ação social baseada em autoridades tradicionais é exercida pelo modelo patriarcal. A composição da dominação carismática é sustentada pela autoridade cujas características não são fundamentadas nem nos pensamentos racionais nem nos tradicionais.

A teoria de Weber se associa à teoria do teto de vidro a partir do momento em que elementos apresentados como relevantes para o exercício do poder e da legitimação deste podem estar vinculados ao gênero. Weber, ao desenvolver a teoria sobre poder e legitimação, não abordou o fator gênero supostamente porque no contexto histórico da época de seus escritos, via de regra, as mulheres não exerciam cargos de poder logo, a teoria do Teto de Vidro que versa sobre a questão das mulheres em altos postos hierárquicos e sobre as barreiras sutis por elas enfrentadas no exercício do poder e no processo de ascensão profissional, uma teoria mais atual e portanto mais abrangente em tal aspecto pode vir a complementar o entendimento das nuances que dizem respeito ao poder.

4 MÉTODO

O presente estudo se caracterizou como qualitativo, sendo de caráter descritivo-exploratório. Seu objetivo foi investigar, como, na percepção das representantes políticas do sexo feminino, o fato de exercer cargo na política e ser mulher pode pesar no transcorrer de seus mandatos. Para Denzen e Lincon (2006) a pesquisa qualitativa abrange espaços e áreas de investigação multifacetadas; que apresentam inúmeras terminologias, conceitos e hipóteses, pois, tal tipo de pesquisa abarca tipos de coleta de dados que irão reproduzir conjunturas, signos e questões da realidade dos indivíduos ou organizações. Conforme Gil (2010), as pesquisas descritivas são bastante comuns no ramo das Ciências Sociais; tais pesquisas têm como finalidade explicar e narrar as características e peculiaridades de um grupo de indivíduos e objetivam alçar juízos

sobre sua atuação, conduta, valores e crenças. Ainda conforme Gil (2010) os pesquisadores que escolhem trabalhar com este tipo de pesquisa têm uma ampla variedade de recursos de interpretação que se relacionam e levantam hipóteses antagônicas para os objetos de estudo.

A escolha por uma pesquisa de abordagem qualitativa oferece mais riqueza de detalhe e dados, pois ao pesquisar um grupo de mulheres que exercem cargos políticos, é provável que uma pesquisa quantitativa poderia neste caso, ao contrário da qualitativa, limitar o estudo e até mesmo não propiciar múltiplas possibilidades de estudos futuros. O trabalho foi desenvolvido sob a forma de um estudo narrativo. Para Creswell (2014) esse tipo de estudo pode ser aplicado de várias formas, como: estudo biográfico, auto etnografia, história de vida e história oral (que são algumas das abordagens mais populares); e apresenta uma variedade de análise igualmente ampla a partir das vivências relatadas pelos indivíduos. Ou seja, no estudo narrativo o foco está na vida do indivíduo, começando pela significância de suas experiências.

Conforme Creswell (2014) tal tipo de estudo demanda do pesquisador um olhar minucioso para que possa identificar as particularidades do indivíduo ou grupo pesquisado para captar, discernir e agrupar os relatos particulares e as experiências dos mesmos. Precisa existir cooperação constante entre pesquisador e pesquisado para que se possa examinar as histórias contadas.

A técnica de coletas de dados utilizada foi o formulário online autoadministrado enviado para mulheres que ocupem cargos de representação política no país. A escolha desta técnica se deu por conveniência para que se pudessem abranger representantes políticas de todo o país e se obtivesse riqueza de informações e detalhes acerca de tema tão pessoal como é o da questão de gênero e as suas implicações para o cotidiano das mulheres.

Para desenvolver a análise dos dados utilizou-se a análise do discurso. Para Orlandi (2003) no discurso se analisa o indivíduo falado; a análise do discurso entende a linguagem como um meio precioso entre o indivíduo e a sua realidade social, onde a análise não pode somente conceber a língua como sistema abstrato e sim como a maneira dar significado ao que foi expresso pelo indivíduo. A análise de discurso é importante no estudo, pois enriquece a pesquisa ao permitir que o pesquisador possa fazer uma análise do que foi dito nas entrelinhas.

Nos meses de abril e maio de 2017, foram encaminhados para os e-mails institucionais de todas as senadoras e deputadas federais em exercício da 55ª legislatura e para todas as deputadas estaduais da 54ª legislatura do estado do Rio Grande do Sul, carta de apresentação com proposta da pesquisa e instruções e após, foram encaminhados, para as representantes políticas que manifestaram interesse em participar da pesquisa, os formulários para os e-mails institucionais.

Ao todo, foram dezessete retornos confirmando a participação, porém somente foram recebidas oito respostas à pesquisa (até o momento em que foi possível aguardar o retorno pelo prazo estabelecido para a conclusão do trabalho), sendo de duas senadoras, três deputadas federais e três deputadas estaduais de diferentes partidos, tanto de orientação de esquerda quanto de direita. Se atribui a pouca adesão a pesquisa à instabilidade política do cenário brasileiro atual e às falhas que podem ocorrer no sistema de redirecionamento dos e-mails enviados para endereços institucionais às contas pessoais das representantes políticas ou as de seus assessores. Para preservar o anonimato, ao relatar as falas das respondentes, optou-se por nomeá-las por seu cargo seguido de um número conforme ordem de resposta ao formulário online.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira pergunta consistiu em saber como é percebido o cenário da participação feminina na política do país pelas representantes políticas. A Deputada Estadual 1 relatou que *“As mulheres ainda estão sub representadas na política brasileira. A mini reforma política não mudou em nada a representação feminina. Nosso cenário atual é o pior cenário dos últimos anos, onde, uma mulher sofreu um Golpe de Estado, a Presidenta Dilma Rousseff foi impedida sem nenhum crime [...] Fui eleita vereadora quando uma minoria de mulheres chegava ao poder, nos anos 80. Ainda temos muito que avançar”*. A colocação da deputada corrobora a proposição do Portal Brasil (2012) de que apesar das cotas mínimas de candidaturas femininas previstas por meio da Lei Eleitoral 9.100 do ano de 1995 e do acréscimo do percentual mínimo de candidaturas no ano de 2009, a representação feminina quase não sofreu acréscimos; os partidos políticos ainda aparentam ter dificuldades com o cumprimento de tais cotas e a própria sociedade pode apresentar resistência à participação feminina. Se pode supor que a pouca participação ou a sub-representação é um fenômeno sociológico pois conforme Shipani et al. (2009), na sociedade, ainda existem cargos e ou funções classificadas entre as que cabem ser providas por homens e as que o preenchimento cabe às mulheres; onde aos homens cabem as de maior poder e evidência. A deputada coloca que com o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff o quadro da participação na política regrediu. Tal colocação também pode se dever às posições de *rankings* de igualdade de gênero e ao possível decréscimo da posição do Brasil com o *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

A fala da Senadora 1 ilustra as afirmações da respondente anterior ao relatar o percentual da população feminina no país e o percentual de representantes políticas do gênero feminino *“Temos um cenário de sub-representação. Somos 52% da população, mas as mulheres estão representadas no Congresso Nacional na ordem de apenas 10% [...]”* reforçando o dito por Perrot (1988), segundo o qual a não participação de mulheres não é pensamento exclusivo de indivíduos do sexo masculino, mas de sujeitos de ambos os sexos e; as mulheres ao visar participação apenas no terreno social e ou no terreno informal se mostram inclinadas a ignorar a política robustecendo a prática de comportamentos obsoletos, que ditam que as mulheres carecem de consentimento para adentrar na política visto que tradicionalmente as relações de poder são predominantes entre os gêneros.

A Deputada Federal 1 colocou que *“[...] as mulheres ainda não estão representadas nos espaços de poder. Embora já tenhamos trilhado um longo caminho, com algumas vitórias, ainda há muito por fazer para que as mulheres estejam representadas em porcentagem e em diversidade. Isso é ruim para a política, em linhas gerais, e para as pautas especificamente femininas, que acabam sendo secundarizadas ou ignoradas [...]”*. Existem bancadas que defendem várias bandeiras dentro da política. No sistema político atual, é preciso ter força política para aprovar projetos e leis. Com a sub-representação, as políticas públicas e de saúde voltadas às mulheres, por exemplo, podem ficar fora das pautas. Morrison e Glinow (1990) relatam a existência de teorias sobre a baixa representatividade das minorias sendo motivadora do tratamento diferenciado dispensado a elas; também que a discriminação por parte da população é causa fundamental de desigualdades, pois os preconceitos e estereótipos perpetrados em grande parte por homens brancos no poder são responsáveis pelo lento progresso das mulheres e das minorias. Morrison e Glinow (1990) também relatam que há teorias que identificam a discriminação como sendo um processo sistêmico, estrutural e arraigado e que a sociedade, ao ofertar tratamento diferenciado a uns em detrimento de outros, reafirma a desigualdade. Portanto, as políticas e práticas difundidas no sistema social

perpetuam o tratamento discriminatório das mulheres o que pode justificar a falta de mulheres nos espaços públicos. Ainda quanto aos espaços de poder, as poucas candidaturas e mandatos políticos femininos podem ser justificados pela ausência, por parte das mulheres, de elementos relevantes para o exercício do poder e da legitimação deste, que estejam vinculados ao gênero.

A Deputada Estadual 2 também coloca que *“A participação das mulheres na política brasileira é uma vergonha. O Brasil é um dos países com menor participação feminina. Aqui, mais de 50% do eleitorado apto a votar é composto por mulheres. No entanto, a Câmara dos Deputados Federais tem apenas 45 mulheres em 513. Na Assembleia Legislativa do RS, somos apenas oito, em 56 [...]”*. A resposta da Deputada estadual ilustra que assim como no Senado, na Assembleia gaúcha, os números de deputadas eleitas ainda são muito baixos.

Logo após, ainda em sua resposta à mesma pergunta, a Deputada Estadual 2 relata: *“[...] agora, fugindo dos números, vou falar um pouco de como me sinto, atuando como deputada estadual no RS. A Casa Legislativa ainda é um ambiente muito machista. A maioria das deputadas tem jornada dupla. Eu, por exemplo, estou quase sempre com meus filhos. Levo à escola, busco, faço os trabalhos de aula com eles, não temos babá o tempo todo. Logo, eles acabam frequentando bastante a Assembleia. Porém, os espaços aqui não são nada humanizados. As deputadas e funcionárias do Legislativo não possuem, por exemplo, sequer um espaço para amamentar seus filhos ou armazenar o leite que retiram da mama [...] Eu possuo um projeto de lei das Salas de Apoio à Amamentação, que faz com que empresas públicas e privadas, com certo número de funcionários, sejam obrigadas a ter um espaço para as funcionárias armazenarem o leite do seu bebê [...]. Porém, os projetos estão completamente estagnados na Assembleia Legislativa. Os deputados não dão o devido valor. Além da questão do aleitamento materno, que não é nada valorizada, também não me sinto confortável trazendo as crianças para cá, pois sinto que incomoda algumas pessoas. Para mim, é uma necessidade estar com eles. Não posso deixar com que a política me faça ausente. Contudo, muitos enxergam isso como “oportunismo” por parte das deputadas mulheres. Me sinto desconfortável. Não há uma conscientização de que nós, mulheres, temos jornada dupla. Meu marido ajuda bastante, mas, querendo ou não, é a mulher que acaba por ter mais responsabilidade com os filhos”*.

O relato da deputada sobre as jornadas duplas as quais as mulheres ainda são individualmente encarregadas, a falta de interesse pela pauta de questões pertinentes a mulheres, a divisão dos espaços entre femininos e masculinos e a própria questão da amamentação reflete uma situação vivenciada nos demais espaços como é o caso das organizações, por exemplo. Conforme Shipani et al. (2009) as características e atributos das mulheres, assim como as suas ações e comportamentos que são considerados por muitos como impróprios e que servem para justificar o argumento de que mulheres não se enquadram no exercício de cargos com elevado poder. Afirmações como as de que mulheres não priorizam a carreira; não gostam de assumir riscos; temem pedir aumento ou obter sucesso ou de que após obter treinamento por parte das organizações irão casar-se e constituir família, abdicando de seus cargos, ainda habitam o imaginário popular e acabam por impedir ou prejudicar o desempenho das mulheres.

Deputada Federal 2 - *“Somos maioria da população e de eleitoras e temos apenas 55 deputadas, equivalente a 10,7% das cadeiras e 13 senadoras, 16% dos 81 parlamentares. Esperamos que a PEC 134/2015, que estabelece cotas para mulheres no Parlamento seja aprovada e contribua para reduzir essa desigualdade. Média mundial da presença feminina é de 22,1%. Média da presença feminina nos países do Oriente Médio é de 16%. O Brasil está atrás de nações onde os direitos da mulher são*

restritos.” Apesar dos avanços que o ocidente vem vivenciando em termos de equidade de gênero, conforme relata Steil (1997) as mudanças são poucas se pensadas no ângulo da divisão hierárquica do trabalho. A fala da representante política afirma o que Steil (1997) também diz: que no cotidiano das organizações modernas, a exclusão sucessiva de mulheres de cargos hierárquicos e que demandem evidência pode representar o espelho dos princípios, da moral e dos padrões masculinos, que creem que tais espaços não são pertinentes ao sexo feminino. A Deputada Estadual 3 comentou: “*Creio que há alguns avanços, mas há ainda muito que melhorar. As mulheres podem e devem participar muito mais, ocupar os espaços que existem, com qualidade. Somos mais da metade da população, mas estamos muito longe de ter uma representatividade proporcional nos governos e nos parlamentos de todo o Brasil.*” Constata-se assim que apesar de já contarmos com mulheres nos espaços públicos a participação feminina é singela.

Senadora 2 – “É preciso dizer que observo o cenário do ponto de vista de militante e incentivadora da participação feminina na política. Costumo dizer que esta é a pauta-chave, aquela que pode mudar o rumo e o encaminhamento de todas as demais pautas de interesse para as mulheres. Por isso, como Procuradora da Mulher do Senado, levamos à frente, juntamente com a bancada feminina de senadoras e deputadas, o projeto Mais Mulheres na Política. Como um dos produtos dessa iniciativa, temos publicado livros, mapas e resultados de pesquisas que nos ajudam a monitorar a participação política da mulher, não só no Legislativo, mas também nos atentando ao Executivo e ao Judiciário. Assim, posso dizer, objetivamente, que no referente aos poderes do Estado, vivemos num cenário de grande refluxo da participação feminina, notadamente no Executivo, após o golpe que levou ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Acusando também os efeitos desse golpe, as eleições municipais de 2016 mostram um cenário de grande preocupação, já que 1.290 municípios não elegeram uma vereadora sequer, para suas Câmaras [...] uma resposta a sua pergunta, não pode ficar restrita ao âmbito do Estado. Acho que há o campo político dos movimentos sociais, nos quais o protagonismo crescente das mulheres as levou a realizar grandes manifestações como a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras, elas mostram que, cada vez mais, a gente não fala só no singular – em “mulher” – quando fala da participação feminina, mas num plural, “mulheres”, necessário para abarcar um grande conjunto, no qual há harmonias e contradições, ligadas a lutas comuns e a lutas específicas [...].”

Existe uma preocupação por parte das representantes femininas de monitorar e estimular a participação de mais mulheres na política para que a representatividade cresça e com ela as diversas pautas pertinentes à população feminina ganhem visibilidade. Há um projeto conjunto de políticas que incentiva a participação não somente na política como também nos demais espaços da sociedade. A senadora coloca que o crescente protagonismo das mulheres fez com que surgissem manifestações que problematizam lutas específicas das mulheres negras, por exemplo, pois além da questão de sub-representação de gênero pode haver sub-representação de etnias.

Deputada Federal 3 – “A mulher tem conquistado seu espaço em diversas áreas, inclusive na política. Ainda somos um número pequeno, mas estamos lutando para que mais mulheres se interessem, não só pelo tema, mas pela vida política.” A deputada federal, assim como as demais representantes, também coloca a pouca participação mas fala de esforços para a mudança desse cenário.

A segunda pergunta se referia a como e por que se deu o ingresso na política. As políticas responderam que tiveram sua participação motivada por diversos fatores, entre eles: a participação no movimento estudantil durante a graduação; por contar com

familiares que já participavam da vida pública e por ter um legado político familiar; pela educação e criação voltada ao debate político; pela participação em Sindicatos profissionais; após a realização de trabalhos sociais e até mesmo após a perda prematura de um filho devido à violência. Abaixo as respostas:

Deputada Estadual 1 – *“Iniciei minha militância social na Pastoral da Juventude no final dos anos 80. Fui Militante do CPERS (sindicato dos professores do Estado do RS), em 1992 fui eleita vereadora em Alvorada aos 26 anos”.*

Senadora 1 – *“Para combater a pobreza e a falta de oportunidades iguais e por causas específicas de igualdade de direitos em relação a gênero; direitos dos LGBTs”.*

Deputada Federal 1 – *“A política sempre fez parte do meu cotidiano. Meu pai era professor e militante, então seja pelo exemplo, seja pelas conversas e debates em casa, a minha mãe também é atenta aos acontecimentos, a política sempre esteve presente. Então a militância política aconteceu de forma natural quando entrei na Faculdade de Engenharia [...] Durante esse tempo fiz parte do DCE e também da UNE.”*

Deputada Estadual 2 – *“Eu nasci no meio político. Na minha casa, costumo dizer que “respirávamos” política todos os dias. Só falávamos de política. Café da manhã, almoço e jantar. Cresci com o exemplo de meu avô [REDACTED]. Ele sempre foi muito apegado aos netos, sempre muito presente na minha vida. Cresci admirando ele e sua paixão pelo povo brasileiro. Acho que isso acabou me motivando, com o tempo, mesmo sem perceber. Ele queria que eu fosse juíza. Me formei jovem em direito. Porém, a vontade de mudar a vida das pessoas e dar dignidade àqueles que mais precisam, foi maior. Sou filiada ao [REDACTED] desde os 18 anos, o partido era minha segunda casa. Sempre envolvida no movimento estudantil. Foi então que concorri à vereadora pela primeira vez. Tive bastante incentivo das pessoas próximas por causa do sobrenome, seria a continuação do legado de meu avô. Mas a gente chega “lá” e percebe que não é nada fácil.”*

Deputada Federal 2 – *“O trabalho social na área da saúde desenvolvido em prol de pessoas carentes no Ceará impulsionou meu ingresso na política em 1988. Costumo dizer que eu escolhi a fisioterapia e a política me escolheu”.*

Deputada Estadual 3 – *“Após aposentar-me como professora, decidi entrar de vez para a política, para fazer a minha parte e ocupar os espaços que acredito que as mulheres devem ocupar. Fui prefeita [...] por duas vezes e hoje estou no meu terceiro mandato como deputada estadual no Rio Grande do Sul.”*

Senadora 2 – *“Foi a partir do meu ingresso no movimento estudantil, quando ingressei na universidade”.*

Deputada Federal 3 – *“Perdi meu filho de oito anos para a violência urbana e abracei a causa da luta pelo fim da impunidade. Percebi que precisávamos atualizar as leis, então resolvi entrar para a política para representar todas as mães e famílias vítimas de violência.”*

A respeito de como percebem a receptividade da população brasileira sobre a presença das mulheres na política, as representantes responderam: Deputada Federal 1 *“Ainda precisa evoluir muito. Eleitores absorvem informações, mas não estão votando considerando equidade [...] teríamos de ter um trabalho melhor, mais conscientizador por parte das legendas. Homens e mulheres são diferentes. E, hoje, a sociedade brasileira se vê praticamente alijada da força que o olhar da mulher traria ao parlamento, caso pudesse estar em condições de igualdade em número ou perto disso ao menos, com os homens. É uma perda muito grande para a nossa sociedade, como atestam as sociedades nas quais a representação política feminina é mais igualitária;*

como os resultados das empresas que observam a questão de gênero”. A fala da deputada remete aos possíveis prejuízos que a desigualdade de gênero pode acarretar.

Deputada Estadual 2 - “Sempre sou muito bem recebida aonde chego. Mas vejo, muitas vezes, que é o sobrenome que é muito bem aceito. Vejo colegas não tendo receptividade muito positivas, justamente por serem mulheres. Conheço mulheres que desenvolvem trabalhos políticos incríveis, mas na hora do voto a população ainda tem certo preconceito. É só olharmos o número de prefeitas eleitas no RS. Tivemos apenas uma governadora eleita também [...]”. Esta deputada é neta de um político amplamente conhecido no país e ao analisar sua resposta se pode perceber que ela enxerga que a população a legitima enquanto parlamentar em parte pelo seu sobrenome que a vincula ao avô e para o imaginário de muitos eleitores pode ter significado de continuidade do trabalho do mesmo que já é falecido. A vinculação a um sobrenome e a uma família tradicional em determinado ramo que detenha poder é vista como atributo do tipo puro de poder sugerido por Weber (2012); onde o poder tradicional provém da crença na superioridade das tradições. Obediência e deferência são prestadas ao indivíduo que melhor representa a tradição e traduz os hábitos comuns a um determinado local, logo, do ponto de vista sociológico, mesmo que enfrente barreiras mais amenas que talvez suas colegas políticas enfrentem por não carregarem tal sobrenome, sua aceitação e legitimação de poder, enquanto mulher e política pode se dever mais a sua árvore genealógica e menos a si própria e a seus feitos uma vez que o gênero pode ser determinante para legitimação de poder. A deputada fala ainda sobre os bons trabalhos que são desenvolvidos por suas colegas e que a se ver os resultados das urnas podem não ter tanta visibilidade visto que pouquíssimas mulheres foram eleitas no estado.

Senadora 1- “Temos a árdua missão de combater os longos anos de machismo. Temos vários pontos desfavoráveis: a jornada múltipla de trabalho da mulher, a falta de incentivo dos partidos, conquistar a confiança do eleitor, porque se a mulher não tiver uma tradição política familiar ela precisa ter um trabalho consolidado que sustente sua eleição”. Novamente vem a tona a questão de um legado político familiar que esteja ligado à imagem de uma candidata. Uma trajetória notável e um bom currículo por si só podem não bastar para eleger uma representante política. Talvez porque a sociedade não enxergue legitimidade de poder do ponto de vista racional-legal nem do ponto de vista carismático, mas somente em figuras tidas como tradicionais. A jornada múltipla de trabalho citada pela deputada pode, aos olhos dos partidos, não ser um fator atrativo para que se proponham candidaturas políticas femininas uma vez que mais de uma respondente cita a falta de incentivos dos partidos políticos. Um paradigma pode ser identificado no momento em que se as mulheres não se elegem, podem não conseguir ter um trabalho político consolidado e não tendo elas um trabalho político, também não se elegerão.

A Deputada Estadual 3: *“Creio que há uma aceitação cada vez maior, ainda que pareça haver uma resistência para se escolher representantes mulheres”.* As mulheres são eleitas, porém conforme os relatos anteriores, ainda há muita resistência em elegê-las. A Senadora 2 relatou: *“Tivemos a oportunidade de realizar uma pesquisa muito importante a esse respeito. Realizada pelo Instituto Data Senado, a pesquisa Mulheres na Política mostra que para maioria dos brasileiros, o sexo do candidato não interfere na escolha do voto. Mas, se o eleitorado diz que não tem restrição quanto ao sexo dos candidatos, e afirma votar em mulheres, como explicar então a baixa representatividade das mulheres na política? Segundo a pesquisa a falta de apoio dos partidos é principal motivo para poucas mulheres na política [...]”.* A fala da Senadora afirma a proposição inicial de que apesar da legislação, os partidos políticos parecem ter dificuldades em cumpri-la e atrair mulheres para os pleitos eleitorais, e novamente a

pouca participação feminina na política pode estar também vinculada à maneira como os partidos pensam e agem e como a sociedade se organiza. Se a população não se restringe a votar somente em homens a discrepância entre o preenchimento dos espaços por parte de homens e mulheres pode ser resultante de uma gama de fatores. A Deputada Federal 3 respondeu que *“O estereótipo da mulher que não entende de política, tem diminuído a cada dia [...]”*. Conforme a fala, os estereótipos que reforçam a disparidade entre gêneros diminuíram, porém, segundo Steil (1997) transformações drásticas ou mesmo de paradigmas são raras. Para Chies (2010) a exclusão consecutiva das mulheres a postos de evidência pode representar o espelho dos princípios, da moral e dos padrões masculinos, que buscam o entendimento de que tais espaços não estão relacionados ao gênero feminino e a identidade de quem pratica uma profissão está associada às características necessárias aos profissionais conforme a imagem exposta pela área de atuação e a imagem representada pelo gênero; a expectativa que se tem para uma determinada profissão.

Sobre como percebem a receptividade dos homens políticos sobre a presença das mulheres na política a Deputada Estadual 1 colocou que *“Também precisa evoluir muito. São refratários. Guardam espaços. Caso contrário, os partidos políticos já teriam, de fato, possibilitado mais acesso de mulheres aos programas de formação de políticos; investiriam mais em campanhas de mulheres. O que alcançamos, resultados tímidos, são frutos da política de cotas nas legendas. Para crescer mais, agora, visamos reserva de cadeiras nos legislativos”*. A Deputada Estadual 2 comentou que: *“A maioria dos nossos colegas deputados tem muito respeito. Mas, infelizmente, algumas situações desconfortáveis são inevitáveis. Se a gente briga, viramos piada. Somos “históricas” ou não dormimos bem. Se a gente aponta um erro, aumenta a voz, eles não gostam. Mas a gente não baixa a cabeça não. As deputadas na Assembleia, independentemente de posição política, são muito unidas. Lutam muito pela defesa dos espaços, sobretudo por igualdade”*. As proposições dos parlamentares homens desqualificando os discursos das parlamentares reforça o dito por Schipani et al. (2009) de que homens e mulheres tendem a usar diferentes estilos de liderança e poder, e essas diferenças reforçam os estereótipos. A política é tida como um local masculino e quando mulheres adotam posturas firmes ou enérgicas que são tidas como masculinas e que são resultantes dos estereótipos de gênero tais posturas não são vistas positivamente. O poder e por consequência a legitimação do mesmo pode não ser associado à figura feminina logo, as proposições polêmicas pertinentes à política feitas por mulheres podem não representar para o meio político o mesmo que representariam as mesmas proposições se feitas por homens. Tal realidade pode ter importância no decorrer dos mandatos; na visibilidade e em seus discursos enquanto representantes.

Deputada Estadual 3 - *“Em geral, há respeito e aceitação. Contudo, de forma um tanto sutil, é comum que alguns homens sejam resistentes ao protagonismo das mulheres, agindo como que nos permitindo participar, mas jamais liderar.”* Essa colocação afirma a existência do fenômeno de teto de vidro, uma vez que muitos avanços já foram conquistados mas ainda existem barreiras como os obstáculos relatados por Steil (1997) que de tão diminutos chegam a parecer transparentes, mas que ainda estão presentes e bastam para impelir a ascensão das mulheres a altos postos como é o caso dos cargos políticos. Como o proposto por Perrot (1988) as mulheres precisam de permissão de homens para adentrar nos espaços, atualmente já participam da política, mas não lhes é permitido liderar amplamente bancadas e partidos.

Senadora 2 - *“Eu acho que muitos homens ainda não apoiam a presença de mulheres no Legislativo. O ex-ministro José Serra inclusive disse em uma visita ao México que para os políticos homens no Brasil a alta participação de mulheres na*

política do país mexicano 'é perigo'. A fala da política pode representar o que uma parcela de representantes políticos homens ainda pensa sobre a presença de mulheres nos espaços políticos, onde a inserção das mulheres em ambientes tipicamente masculinos, não deve ocorrer sem o devido consentimento de homens e a área política estar preenchida, apesar de muito inexpressivamente, por mulheres é fato perigoso ou indesejado. Esse relato vai novamente de encontro com o que coloca Perrot (1988) que diz que há na sociedade o pensamento de que a política é uma ciência que não compete às mulheres, e que as que se inserem em tal meio não estão em seu devido lugar.

Ao serem questionadas sobre como se sentem no ambiente político as políticas são unânimes em relatar que encontram barreiras. A Deputada Federal 1: *“Sinto-me bem, pois o preconceito não é óbvio, mas o observo o tempo todo. Somos minoria ainda lidando com um ambiente que é pautado por cultura machista”*. A Deputada Estadual 2 falou: *“Sinto falta de humanização no ambiente”*. Já a Deputada Federal 1 comentou: *“Hoje me sinto respeitada e reconhecida pela minha experiência de 8 mandatos. Entendi que a mulher tem competência para atuar em áreas orçamentárias, desenvolvimentistas e contribuir com propostas para o desenvolvimento econômico social do país”*. Deputada Estadual 3 mencionou: *“Sinto-me muito bem, apesar das resistências que ainda encontro. A Senadora 2 afirma: “Quando a gente se refere ao ambiente político, a gente se refere a um mundo que nos obriga a muitos deslocamentos e a muitas interlocuções. Às vezes, cansativos demais, os primeiros; às vezes, duras, superficiais, irritantes, frustrantes, as segundas. A alma reclama, o corpo reclama. Mas eu fiz uma opção pela política. Especialmente, fiz uma opção por uma política de transformação coletiva da sociedade, em benefício de todas e todos. O cansaço nos faz ter vontade de parar, dormir, olhar para outro lado, mas este projeto nos acorda, nos anima, enche de vida, dá sentido ao que a gente faz”*.

Sobre o tempo de atuação na política, algumas atuam desde final dos anos 1980, uma há 36 anos, outra desde 1984. Uma das deputadas relatou que atua no meio político enquanto representante há 10 anos porém sempre esteve envolvida com a política devido ao meio familiar. Uma há quase 30 anos. A política com mais tempo de vida pública atua desde 1979 e a com menos tempo há 6 anos e meio.

A respeito da experiência política e em quais cargos atuam e ou já atuaram, as políticas foram unânimes em responder que já tiveram mais de um mandato de seu atual cargo; algumas já foram vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas antes de serem deputadas, estaduais ou federais, bem como antes de serem deputadas federais ou senadoras as mesmas já foram deputadas estaduais, o que propõem que as políticas construíram uma trajetória de representação política ao longo dos anos.

Também há políticas que já atuaram como ministras e secretárias estaduais e também como coordenadoras de institutos; há uma que atua como presidente de partido político, outra que já foi presidente de juventude de seu partido político; uma que foi a primeira mulher a presidir o Diretório Central dos Estudantes de uma universidade federal e duas que atualmente ocupam os cargos de Procuradora da Mulher sendo uma na Câmara e outra no Senado.

À parte do desconhecimento de teorias como a do Teto de Vidro, as políticas percebem tanto a sub-representação quanto o sexismo presente nos espaços políticos. Mesmo com os avanços já obtidos em termos de direitos e de representatividade, há a possibilidade de retrocessos na contra mão dos poucos avanços logrados pois, os índices de participação feminina na política brasileira que já eram baixos declinaram após o Impeachment da presidente Dilma e após as últimas eleições municipais onde um número ínfimo de mulher se elegeu. As políticas parecem ter ciência da importância de associar-se as demais colegas mulheres independente de posição partidária para pleitear

força política. A representatividade mesmo que em graus e em entendimentos abstratos se mostra como uma bandeira defendida por todas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política até já usa batom, porém a tonalidade desse batom é muito clara uma vez que em quaisquer esferas, o percentual de representantes políticas no Brasil é baixo e não ultrapassa 17%. Apesar dos avanços que houveram, as mulheres ainda encontram resistências de partidos ou da sociedade. A maior parte das representantes políticas respondentes já atua na política há mais de 20 anos; boa parte tem formação acadêmica e já participou do movimento estudantil. A maioria das respondentes apresenta uma trajetória política considerável, geralmente tendo tido início no movimento estudantil e ou como vereadoras, após prefeitas e deputadas ou como deputadas e após senadoras, também passando por cargos de chefia, cargos em Ministérios e Secretarias, Procuradora da Mulher e entre outros. Há uma construção ascendente da carreira política das representantes e houve a participação em espaços políticos mesmo antes dos mandatos, o que possibilita atestar que as representantes têm bagagem histórica e experiência profissional que podem ser consideradas importantes para a eleição de um representante político.

Podem haver casos de mulheres que se inseriam no meio político devido a fatores como a sucessão de maridos ou familiares ou mesmo pela legislação eleitoral que prevê a candidatura de um número mínimo de mulheres, porém, ao contrário do que se podia propor, em sua maioria, as representantes políticas se inseriram no meio por motivações que vão além de sucessões ou composições da cota eleitoral mínima. As motivações são variadas, mas ilustram que essas mulheres almejavam estar no meio político e tais falas romperam com a ideia de que mulheres não se interessam por política.

Apesar dos avanços que houveram, as mulheres ainda encontram resistência da sociedade, dos partidos e dos colegas parlamentares homens que por vezes desqualificam os discursos femininos e ainda entendem a política como um local masculino porém, apesar da presença do sexismo, as representantes são unânimes em afirmar que se sentem bem no meio político apesar de todo o cenário negativo e da falta de humanização no ambiente de trabalho.

Os relatos frisam que lhes é permitido participar, mas poucas vezes lhes é permitido comandar. As falas ilustram a falta de reconhecimento de legitimidade de poder por parte dos parlamentares em relação aos colegas políticos. A viabilidade dos mandatos vincula-se então à questão de gênero mesmo que possa se mostrar com sutileza, as respondentes enxergam o sexismo e percebem que ele as atrapalha enquanto parlamentares bem como na aprovação das matérias por elas propostas.

A pouca participação feminina na política reflete em déficits nas pautas voltadas à população feminina, pois homens podem não pensar políticas públicas voltadas ao público feminino como as próprias mulheres o pensariam. Já que se vivencia um cenário de sub-representação de gênero, as poucas representantes mulheres podem não ter força política suficiente para aprovar leis e projetos que tratem, por exemplo, de violência doméstica ou mesmo a própria problematização da participação de mulheres nos espaços públicos e entre outros temas pertinentes à população feminina.

Encontra-se um círculo vicioso onde a população feminina quase não participa da vida pública, pois se encarrega da vida privada; e onde as poucas mulheres que participam enfrentam muitos entraves. As políticas fazem proposições que incentivem melhorias e buscam ofertar estímulos para que os espaços também tenham a voz

feminina, mas pelo pouco contingente de mulheres eleitas não tem nem legitimidade de poder e apesar de demonstrarem união também não têm força para aprovar suas matérias, pois os políticos homens parecem não se incumbir dos mesmos temas; não ser sensíveis a estas demandas e não perceber autoridade nas colegas políticas.

Uma contradição pode ser identificada no momento em que se constata que se as mulheres não se elegem para cargos políticos podem não obter um trabalho político consolidado e não tendo elas um trabalho político notório também apresentam menos elegibilidade. Falta apoio da sociedade e dos partidos políticos. Cabe aos partidos o papel fundamental de participar as mulheres de seus quadros; não somente para atender as previsões legais, mas para que o pensamento de que a política é masculina seja erradicado.

Também se acredita que deva ser pensada uma reforma política que reestruture não só o sistema político como um todo, mas também a organização dos partidos. A política deve ter representação de todas as parcelas da sociedade para que sejam contempladas as mais diversas demandas pertinentes aos diferentes grupos sociais. Uma vez superadas as barreiras do sexismo; do teto de vidro e mesmo as barreiras do patrimonialismo que basicamente abarca os perfis puramente tradicionais de poder que pregam, em sua maioria, a presença de homens de sobrenomes e de famílias tradicionais considerando o poder em detrimento de currículo e vocação, caminhar-se-á rumo a uma sociedade mais igualitária.

Houveram limitações no estudo e o reduzido número de respondentes foi atribuído ao cenário político atual notoriamente instável. Propõe-se um estudo futuro que possa abranger mais políticas, estudando também vereadoras, prefeitas ou mesmo a ex-presidente do Brasil para que estudos sobre o fenômeno de Teto de Vidro sejam aplicados ao setor público e investigações que busquem saber como os homens políticos percebem a participação feminina na política.

REFERÊNCIAS

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. 3ª Ed. Editora EDUCS. Caxias do Sul-RS. 2010.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Rev. Estud. Fem.** vol.18 no. 2 Florianópolis Mai/Ago. 2010

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. 1988.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Associativismo, Representação de Interesses e Intermediação Política**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/suppme/default.shtm>> Acesso em 29 de julho de 2016

CRESWELL. John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre. Penso. 2014.

DENZIN. Normam K. e LINCON. Yvonna S. **O Planejamento da pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Editora Artmed. Porto Alegre. 2006

FONTENELE-MOURÃO. Tânia M. **MULHERES NO TOPO DE CARREIRA: FLEXIBILIDADE E PERSISTÊNCIA**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília 2006

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. 5ª edição. São Paulo. 2010

Lei Federal nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.html> Acesso em 30 de julho de 2016

MORRISON, Ann M. and GLINOW, Mary Ann Von. Women and Minorities in Management. **American Psychologist**. The American Psychological Association. Vol. 45. n.2. p.200-2008, February 1990.

ONU MULHERES. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_social_racial_genero_500empresas.pdf> Acesso em 9 de outubro de 2016.

ORLANDI. Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5ª Editora Pontes Campinas. 2003

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

PORTAL BRASIL. Cidadania e Justiça – **Mulheres na Política** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica> Acesso em 30 de julho de 2016

SANTOS, Carolina Maria Mota. TANURE, Betania. CARVALHO NETO, Antonio Moreira. Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**. Vol.16, n.3, Set/Out/Nov/Dez 2014, p.56-75 Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração. PUC - São Paulo. 2014

SCHIPANI, Cindy A. DWORKIN, Terry M. KWOLEK-FOLLAND, Angel. MAURER, Virginia G. Pathways for women to obtain positions of organizational leadership: the significance of mentoring and networking. in **Duke Journal of Gender Law & Policy**. Volume 16. P.89-136. 2009

STEIL, Andréa Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica — compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**. São Paulo. v.32, n.3, p.62-69, julho/setembro 1997

THE ECONOMIST. **The coast of sexism**. Disponível em <http://www.economist.com/news/americas/21661804-gender-equality-good-economic-growth-girl-power> Acesso em 20 de outubro de 2016.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Revista Economia e Sociedade**. v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. Campinas-SP. 2013

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Trad de Regis Barbosa e Karen Elsaben Barbosa; ver. Tec. De Gabriel Cohn. 4ª edição. 3ª reimpressão . Editora Universidade de Brasília. Brasília-DF. 2012